

Garantia-Safra beneficia agricultores no Piauí em abril

Pagamento em parcela única contempla produtores que tiveram perdas

O pagamento do Garantia-Safra 2024/2025 já está autorizado para agricultores familiares de seis municípios do Piauí: Baixa Grande do Ribeiro, Riacho Frio, Cocal de Telha, Esperantina, Jatobá do Piauí e Sigefredo Pacheco. O benefício, no valor de R\$ 1.200 por agricultor, será pago em parcela única a partir deste mês de abril, conforme portaria do Governo Federal. A medida atende produtores que comprovaram perdas na produção agrícola causadas por estiagem ou excesso de chuvas.

O Garantia-Safra integra uma política pública voltada à proteção da renda de agricultores familiares em situações de adversidades climáticas. Criado no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o programa tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência às famílias que vivem em regiões sujeitas a perdas frequentes de safra, principalmente no semiárido brasileiro.

Para ter acesso ao benefício, é necessário estar inscrito no programa e cumprir critérios estabelecidos, como possuir renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo e cultivar entre 0,6 e 5 hectares de culturas como feijão, milho, arroz, mandioca ou al-



Geirlys Silva

Os pagamentos seguem o calendário de benefícios sociais

godão. O pagamento é liberado após a comprovação de perdas significativas na produção agrícola do município, normalmente superiores a 50%, conforme avaliação técnica dos órgãos responsáveis.

Ao detalhar o funcionamento do programa, o superintendente de Ações de Apoio à Agricultura Familiar da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), Clébio Coutinho, destacou a ampliação recente da política no estado. “No mês passado, saiu uma por-

taria onde foi contemplado mais de 68 mil agricultores no Estado do Piauí, em 123 municípios, e esse mês está saindo essa nova portaria já incluindo mais municípios que vão receber o benefício do Programa Garantia Safra”, afirmou.

O gestor também ressaltou a atuação integrada no estado. “Importante ressaltar que aqui no Piauí o programa é coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura Familiar. Nós temos uma coordenação que faz um trabalho

anual orientando os municípios no processo de adesão, orientando também a verificação de perda e temos parcerias importantes na execução desse município”, disse o superintendente, acrescentando que o Governo do Piauí investe cerca de R\$ 12 milhões por ano para garantir, em caso de perda superior a 50%, o pagamento desse benefício.

Os pagamentos seguem o calendário de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal e são realizados conforme o núme-

ro final do NIS de cada beneficiário. A liberação ocorre após análise das condições climáticas e validação das perdas pelo Comitê Gestor do programa. Em todo o país, o Garantia-Safra representa uma das principais políticas de apoio ao agricultor familiar, alcançando centenas de milhares de produtores e contribuindo para reduzir os impactos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola. Somente na safra 2024/2025, mais de 685 mil agricultores em diferentes estados brasileiros estão sendo atendidos pela iniciativa.

No Brasil, a medida contempla 141 municípios distribuídos em estados do Nordeste e de outras regiões, ampliando a cobertura da política de apoio à agricultura familiar em áreas afetadas por eventos climáticos extremos e fortalecendo a permanência das famílias no campo.

Orientação aos agricultores

Os agricultores que tiveram o benefício bloqueado ou que desejam verificar a situação cadastral devem procurar os canais oficiais do programa ou a gestão municipal. O prazo para consulta e regularização é de até 30 dias a partir da portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Bahia: hospital atende 6 mil indígenas

Único hospital da Bahia habilitado pelo Ministério da Saúde para atender povos originários, o Hospital Materno-Infantil Dr. Joaquim Sampaio (HMIJS), em Ilhéus, já realizou mais de 6 mil atendimentos e ultrapassou 500 nascimentos de indígenas, principalmente das etnias Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe.

Unidade da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), administrada pela Fundação Estatal Saúde da Família (FESF-SUS), o hospital foi inaugurado em dezembro de 2021 e recebeu a habilitação federal em 2024. Desde então, vem consolidando indicadores que reforçam um modelo de cuidado especializado baseado no acolhimento intercultural.

Segundo a diretora-geral, Renata Lordêlo, os resultados refletem uma política pública que alia rigor técnico e sensibilidade. “O HMIJS se consolida como referência técnica e humana ao reduzir barreiras históricas de acesso e garantir um atendimento que respei-



Divulgação

Na Bahia, vivem 33 povos indígenas em 245 comunidades

ta a identidade cultural dos povos indígenas”, afirma.

Ela destaca ainda que a integração entre conhecimento científico e valorização da cultura originária fortalece o papel estratégico da unidade na rede estadual. “Mais do que um reconhecimento administrativo,

a habilitação representa uma reparação histórica e a afirmação do direito à diferença no SUS”, completa.

Sobre atendimentos

Na Bahia, vivem 33 povos indígenas distribuídos em 245 comunidades. De acordo com o IBGE,

o estado possui 229.443 indígenas declarados, o que corresponde a 13,5% da população indígena do país, o terceiro maior contingente nacional.

O Hospital Materno-Infantil Dr. Joaquim Sampaio é a primeira maternidade 100% SUS da região e já ultrapassou 13 mil partos, in-

cluindo mais de 500 de bebês indígenas. A unidade conta com 105 leitos e oferece assistência em obstetria (partos normais e de alto risco), pediatria clínica.

Ações

Além da estrutura hospitalar, o HMIJS também desenvolve ações voltadas ao acolhimento humanizado, com equipes capacitadas para respeitar práticas culturais e tradições dos povos indígenas durante o pré-natal, parto e pós-parto. A unidade mantém diálogo constante com lideranças indígenas e equipes de saúde indígena, fortalecendo a confiança das comunidades e ampliando o acesso aos serviços especializados, especialmente para gestantes e recém-nascidos que necessitam de acompanhamento contínuo. Também são promovidas atividades educativas e orientações às famílias, contribuindo para a prevenção de agravos e para o fortalecimento do cuidado integral à saúde materno-infantil nas comunidades atendidas.